

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME II

LXV

Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

# A TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO VALE DO RIO IGUAÇÚ (\*).

*RUY C. WACHOWICZ*  
da Universidade Federal do Paraná.

## INTRODUÇÃO.

Em 1843, emancipava-se politicamente a 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo, surgindo em consequência a Província do Paraná. Esta nova unidade política do Império brasileiro passou a ser controlada economicamente e politicamente pelos chefes das grandes famílias criadoras de gado, dos Campos Gerais paranaenses. O surgimento de uma vida politicamente própria, na região, veio fortalecer a liderança e o controle que esses fazendeiros possuíam. As oligarquias familiares institucionalizaram-se como forma de domínio (1).

Desde o início do século XIX, seus campos de criação de gado estavam sofrendo um processo de transformação de utilidade. As tropas de gado *vacum* e *muar*, procedentes do Rio Grande do Sul e Corrientes, da Confederação Argentina, passaram a invernar nos Campos Gerais com o fito de recuperar o peso perdido durante a longa caminhada, para sua posterior revenda na feira de Sorocaba. Surgia, para os fazendeiros paranaenses, uma nova fonte de renda. Em consequência,

“o criatório foi se reduzindo nos campos paranaenses, à medida que aumentava o novo modo de uso da propriedade” (2).

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 3.<sup>a</sup> Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 6 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(1) . — MACHADO (Brasil Pinheiro) & BALHANA (Altiava Pilatti), Contribuição ao estudo da História agrária do Paraná. *Boletim da Universidade do Paraná*. Departamento de História, Curitiba, junho 1963, nº 3, p. 16.

(2) . — *Ibid.*, p. 18.

O rebanho foi sendo descuidado pelos latifundiários e a qualidade do gado vacum, dos Campos Gerais, passou a declinar.

Como resultado dessa importante transformação dos campos paranaenses, observaram-se modificações no comportamento de suas populações:

1. — tendência de inúmeras famílias a fixarem residência nos centros urbanos da região.
2. — deslocamento de capitais e mão-de-obra para a atividade do tropeirismo.

A criação da Província do Paraná veio encontrar essas elites campeiras paranaenses em fase de transformação ocupacional, além de um aumento do ritmo de urbanização, o qual foi ainda mais acelerado, com a criação da Província. Os territórios circunvizinhos aos campos do segundo planalto paranaense, notadamente para o leste e para o sul, eram formados de matas onde predominavam as araucárias, imbuúas e a erva mate. Estes solos eram mais ricos em matéria orgânica e mais propícios para a agricultura, do que os dos Campos Gerais, que se apresentam arenosos e excessivamente ácidos. Esses territórios, que podem ser denominados de *zona da mata*, ainda não eram ocupados do ponto de vista da fixação do homem, com exceção das circunvizinhanças de Curitiba. Conservavam-se como terrenos devolutos. Os caminhos de tropas, então existentes, apenas atravessavam esses territórios, não existindo nenhum núcleo populacional, a não ser o pouso e registro do Rio Negro, localizado nas margens do rio do mesmo nome, onde o governo provincial fiscalizava e controlava as tropas que demandavam do Rio Grande do Sul. Com o desenvolvimento da economia baseada na exploração da erva mate, a mão-de-obra disponível na Província foi canalizada para este fim. Ainda em 1859, o presidente Francisco Liberato de Mattos constatava que apesar dos altos preços a que chegavam os gêneros de subsistência, ainda não conseguiam

“distrahir a população do predilecto tráfico do mate. Assim, sem braços, que a ella se dediquem, continua a agricultura, em geral, sem desenvolvimento” (3).

Desde o início da criação da Província, constatou-se uma canalização cada vez maior de capitais e de força de trabalho para este setor

---

(3). — PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7/01/1859. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859, p. 31.

de sua economia, isto é, para o setor que apresentava maior rendimento e comercialização: a economia ervateira. O Vice-presidente da Província, José Antônio Vaz de Carvalhaes, soube captar muito bem a relação que existia entre o aumento da produção da congonha e a decadência da produção agrícola, ao afirmar que o decréscimo da produção da lavoura na Província devia-se à utilização exclusiva de quase toda a mão-de-obra existente na produção de erva-mate, cujo incremento

“coincide sempre com a crescente falta e carestia de gêneros alimentícios” (4).

A falta de mão-de-obra refletia-se inclusive no setor público, obrigando o governo provincial a adotar, na construção da estrada da Graciosa (ligação entre Curitiba e o litoral), o sistema de pequenas empreitadas, pelo qual deixava de se preocupar a Província com os aborrecimentos de recrutamento de mão-de-obra. Em 1856, existiam trabalhando nesta importante via de comunicação apenas 54 empregados. Concomitantemente a essa problemática regional, aguçavam-se em âmbito nacional os debates relativos à Lei de Terras. Este debate levantou a temática da imigração para o país. As discussões parlamentares sobre estes assuntos foram acrescidas por mais um outro problema intimamente correlato: a extinção do tráfico de escravos. O tripé: propriedade da terra, imigração e extinção do tráfico escravo, dominou os interesses das autoridades governamentais nos fins da década de 1840 e no início da de 1850. Para suprir a falta de mão de obra agrária, a imigração para o país afigurou-se a melhor solução. Porém esta solução estava em descrédito. Após os fracassos das primeiras tentativas realizadas pelo governo de D. Pedro I, em promover a imigração para o Brasil, a mesma havia caído em completo desinteresse. A lei orçamentária de 1831, simplesmente aboliu as despesas com a colonização estrangeira nas Províncias do Império. Embora o Ato Adicional de 1824 autorizasse às Províncias a promoverem a imigração, as colônias que surgiram no Brasil com tal permissão foram em número exíguo e diminuta a quantidade de imigrantes entrados. No período regencial, não se gastou oficialmente nem

“um tostão com imigração e colonização” (5),

---

(4). — PARANÁ. Relatório do Vice-Presidente da Província José Antônio Vaz de Carvalhaes na abertura da Assembléia Legislativa em 7/01/1857. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes. 1857, p. 96 e ss.

(5). — BROWNE (George P.), Política imigratória no Brasil regência. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, 16 (1): 3-14, jan. 1975. p. 6.

embora existissem pequenos estímulos para a iniciativa privada. Com a estagnação da imigração e a contínua dificuldade de se importar mão-de-obra escrava africana, divisava-se no país o advento de uma grave crise de escassez de gêneros de subsistência. As *plantations* de café em São Paulo absorviam inclusive a mão-de-obra escrava das províncias vizinhas. A lei orçamentária de 1848 procurou atenuar a crise que se avizinhava, estimulando novamente as Províncias a promoverem imigração, pelas facilidades de concessão de terras devolutas e criação respectiva de núcleos coloniais.

“Contudo, o predomínio político-econômico dos latifundiários do café e a pressão por eles exercida no legislativo do Império, teriam implicações na redação da Lei de Terras de 1850... preconizaram o acesso à terra unicamente por meio de compra, fixando expressamente no artigo primeiro da referida lei: Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (6).

Tal redação visava dificultar aos imigrantes pobres a aquisição da terra própria,

“obrigando-os à prática do aluguel do seu trabalho, e evidenciando a vitória dos representantes dos grandes proprietários” (7).

\*

### A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1850.

A Província do Paraná não possuía latifúndios agrícolas, nem tão pouco o sistema das *plantations* da Província de São Paulo. Em consequência, não tinha condições de receber colonos por salários. Para tanto, a maneira mais viável afigurava-se a utilização do decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, o qual atenuava as condições de compra de terras por colonos estrangeiros, estipuladas na Lei de Terras de 1850. Neste interim, o mercado brasileiro viu-se assolado por uma grande inflação. A partir de 1852, chegou a subir numa proporção de 200%, o preço dos produtos de subsistência (8).

(6). — BALHANA (Altiya Pilatti), Política imigratória do Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba (12): 1-16, mai-jun. 1969. p. 9.

(7). — *Idem*.

(8). — OFÍCIO do fundador e diretor da colônia de Superaguí, Carlos Perret Gentil, ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Comendador Manuel Antônio Guimarães, datado de 15/11/1857. OFFÍCIOS, 1858 vol. 2. Arquivo Público do Estado do Paraná, documento manuscrito.

Esta grande crise não foi somente regional; abrangia todo o sistema econômico capitalista, no qual o Brasil estava inserido. Cecília Maria Westphalen, estudando os fenômenos conjunturais que levaram a economia paranaense a uma série de crises — sobretudo o da erva mate, seu principal produto de exportação — nas décadas de 1840 e 1850, afirma que nesta última, a crise foi mais violenta, atingindo, no exercício de 1856-1857 seu ponto de crise, caindo no entanto em contração no exercício de 1857-1858 e atingindo o fundo da depressão no de 1858-1859 (9).

A Presidência da Província do Paraná, preocupadíssima com as proporções alcançadas pela crise, consultou às Câmaras Municipais, procurando indagar das razões que teriam levado à carestia então dominante. As Câmaras Municipais de Guarapuava e Paranaguá, consultaram então por escrito a Maurício Faivre, fundador colônia Theresa nas margens do rio Ivaí, e Carlos Perret Gentil, iniciador da colônia Superaguí ao norte da baía de Paranaguá — aliás ambas fundadas anteriormente à emancipação política da Província. Estes foram unânimes em ressaltar as pressões conjunturais: internacionais e nacionais no desencadeamento da crise. Maurício Faivre, numa explicação surpreendentemente lúcida para a época, assim se expressou:

“... este aumento extraordinário dos generos alimentícios e de todos os serviços em geral, não me parece ter outro motivo senão o aumento extraordinário e repentino dos valores monetarios, tanto em ouro como em papel que tem surgido entre nos estes tempos passados — semelhante crise e pelo mesmo motivo tem se notado em França e na Inglaterra. Contudo essa crise ha de passar por se só, o valor da produção agrícola e de fabrica, ha de se por ao par do valor monetario que neste momento pela sua repentina abundancia, como disse, ficou desacreditado — O ouro da California, da Australia, e a criação dos Bancos os seis mil contos para a colonização, as grandes Empresas que se formão — e taes são as fontes que deramando repentinamente e com abundancia nos nossos mercados suas riquezas, produzirão o effeito que debalde esta nos assustando...” (10).

---

(9). — WESTPHALEN (Cecília Maria), Navios e mercadorias no Porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. In: Portos, Rotas e Comércio. v. I. São Paulo, 1971. *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, Coleção da “Revista de História”, v. XXXV, 1971. p. 449-521. p. 467.

(10). — OFÍCIO do fundador e diretor da colônia Theresa Dr. Maurício Faivre ao Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, datado de 25/12/1857. OFFÍCIOS, 1858 vol. 2. Arquivo Público do Estado do Paraná, documento manuscrito.

Reagindo contra a crise, os governos Imperial e Provincial planejaram em âmbito regional a criação de uma grande colônia agrícola, formada por colonos nacionais e estrangeiros e que deveria inclusive superar a colônia Blumenau, que estava em franco desenvolvimento no vale do Itajaí, na vizinha Província de Santa Catarina. Assim, em 1860, surgiu a colônia do Assunguí, em regime de pequena propriedade, localizada a 109 Km ao norte de Curitiba, sem entretanto uma infra estrutura preliminar necessária a qualquer projeto de tamanho vulto. Foram ali estabelecidos em terrenos devolutos, milhares de pessoas. O projeto visava criar uma colônia mista, isto é, localizar na mesma colonos nacionais e estrangeiros, com a predominância dos primeiros. Em 1880, a colônia contava com 2.054 habitantes brasileiros e 903 estrangeiros, notadamente alemães, franceses, ingleses, suíços e italianos, com o total geral de 2.957 habitantes (10).

Apesar dos esforços do governo provincial e dos elevados custos da mesma colônia, onerando os cofres provinciais, esta primeira iniciativa governamental em promover a imigração de colonos europeus, acabou se transformando num verdadeiro fracasso. Os colonos nacionais e estrangeiros, sobretudo estes últimos, abandonaram em grande número as propriedades que lhes couberam na colônia, insatisfeitos sobretudo com a falta de condições para colocação de seus produtos, nos portos do litoral, como no mercado da capital.

Nos fins da década de 1860, o governo Provincial aproveitou-se da experiência colhida pelos colonos, reimigrantes espontâneos, sobretudo da colônia D.<sup>a</sup> Francisca, da vizinha província de Santa Catarina, que se estabeleceram no rocío de Curitiba, em pequenas chácaras. Estes reimigrantes, principalmente alemães, manifestavam-se satisfeitos com sua fixação nos arredores da capital. Imitando tal exemplo, a Província criou, nos arredores da capital e nos municípios vizinhos, uma série de colônias menores, tendo os colonos ali estabelecidos mercado garantido nos centros urbanos próximos. Floresceram assim nos arredores de Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo e Freguesia do Iguaçu, 21 colônias. Estas, em 1880 contavam com 6.180 habitantes, sendo a maioria formada por imigrantes poloneses e italianos. Estas 21 colônias, foram estabelecidas em terrenos particulares, comprados pela Província e vendidos aos colonos em pequenos lotes.

---

(11). — PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Dr. João José Pedrosa por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14a. legislatura da Assembléia Legislativa da Província no dia 16/02/1881. Curitiba, Typ. Perseverança. 1881. p. 76.

Nos terrenos devolutos do litoral, surgirão colônias de iniciativa particular e governamental. Foram Sabino Tripoti e a firma Pereira Alves & Bendaszkeski, os responsáveis pela introdução da maioria dos imigrantes dirigidos para o litoral. Além das despesas normais com um tal tipo de atividade, a Província comprometia-se a pagar aos introdutores responsáveis pelos imigrantes, 20\$000 por pessoa maior de 21 anos, 10\$000 por pessoas de 21 a 9 anos e 5\$000 por menores de 9 anos (12). Este sistema de introdução de colonos europeus afigurava-se, para a Província, lento e caro. A colônia Assunguy, para a qual a Província carregava enormes somas do tesouro, não atingia suas finalidades. A introdução de colonos nos arredores de Curitiba era cara, pois eram estabelecidos em terrenos, adquiridos pela Província, de particulares e os responsáveis por sua introdução pagos *per capita*.

Desde fins de 1876, surgiu a oportunidade da Província receber, de forma mais econômica, cerca de 20.000 russos-alemães, procedentes das margens do Volga.

“Ela representava um esforço das autoridades provinciais no sentido de estender, até o segundo planalto, os benefícios do sistema de colonização que vinha sendo posto em prática na marinha e no primeiro planalto” (13).

A Província foi tomada por uma verdadeira onda de regozijo e entusiasmo. A presença desses 20.000 russos-alemães espontâneos, com mínimas despesas para os cofres públicos era ao que tudo indicava, uma aquisição vantajosa.

A Câmara Municipal de Palmeira, entusiasmada em receber no seu território alguns núcleos de colonos que ela denominava de “russianos”, agradecia ao Presidente da Província o estabelecimento destes “úteis hóspedes” em seu território (14).

As autoridades alimentavam esperança de que

“o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fosse modificado pelos imigrantes portadores de outra tradição rural” (15).

---

(12). — Lei Provincial nº 369 de 7/03/1874.

(13). — MACHADO (Brasil Pinheiro) & BALHANA (Altiva Pilatti), p. 33.

(14). — OFÍCIO da Câmara Municipal de Palmeira ao Presidente da Província do Paraná, Dr. Adolfo Lamenha Lins, datado de 30/05/1877. OFFÍCIOS, 1877, vol. 8. Arquivo Público do Estado do Paraná, documento manuscrito.

(15). — BALHANA (Altiva Pilatti), *Política imigratória...* p. 36.

Entretanto, por terem sido estes colonos localizados em terrenos de campos arenosos, impróprios para a agricultura, esta colonização redundou em um avultado fracasso. Dos 20.000 colonos esperados, vieram apenas 3.809, dos quais somente em 1879 saíram para fora do país 1.960. Para impedir sua saída, a Província realizou ingentes esforços para agrada-los e impedir sua retirada. De qualquer forma, cerca de 50% deles abandonaram o Paraná (16).

De qualquer forma, a imigração que deveria ser extraordinariamente vantajosa e barata, revelou-se imprópria — naquelas circunstâncias e cara. A epopéia dos “*úteis hóspedes*” revelou-se no final por demais onerosa à Província. A tentativa de colonização dos Campos Gerais paranaenses pelos colonos russo-alemães, transformando seus pastos em terrenos agrícolas em regime de pequena propriedade, transformou-se no maior fracasso imigratório em território paranaense. A Província, receosa de novos fracassos nesses moldes, não tomará nenhuma iniciativa de vulto com relação à imigração européia durante a década de 1880. Os núcleos surgidos neste período serão pequenos, e de pouca expressão.

\*

### *A OCUPAÇÃO DO VALE DO IGUAÇÚ.*

Enquanto a Província colhia contínuos dissabores com sua política oficial de colonização (Assunguí e russos-alemães), na parte sudoeste de seu território um novo problema tomava vulto. A Confederação Argentina não só passou a reivindicar os territórios compreendidos na questão que ficou conhecida por “questão de Palmas” (17), como também passou a penetrar em território litigioso entre as duas nações. Os “*correntinos*” chegaram a abrir uma picada, pavimentada nas partes mais difíceis, ligando a fronteira correntina com o território de Palmas.

Cargueiros transportavam regularmente sobretudo mate para a Argentina. Comissões topográficas e de sondagens do mesmo país percorriam frequentemente o território contestado. Boatos alarmantes, inclusive de presença de milicianos argentinos na região, causa-

---

(16). — *Ibidem.*, p. 37 e 38.

(17). — Para o Brasil, pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777, a fronteira nesta parte de seu território com a Argentina, passava pelos rios Santo Antônio e Peperí-Guaçú. Como a Comissão Demarcadora das terras portuguesas e espanholas em 1788 não chegou a um acordo específico sobre o assunto, a Argentina interpretou que sua fronteira com o Brasil seria formada pelos rios que os brasileiros chamavam de Chapecó e Chopim. Desta forma, os territórios que hoje formam o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, seriam de domínio argentino.

vam pânico nas populações brasileiras, que estavam completamente desguarnecidas. Um desses boatos, ocorridos no mês de fevereiro de 1881, segundo o qual mais de mil argentinos armados haviam sacrificado pelo morticínio os habitantes de Campo Erê, fez a população de Palmas abandonar suas casas com suas famílias, a pé ou a cavalo, retirando-se no maior desespero e deixando a cidade praticamente despovoada (18). Muitos desses retirantes refugiaram-se em Porto União, Campos do Erê e em Palmeira. No mês de março de 1881, alguns desses refugiados chegaram a Palmeira, trazendo consigo parte do seu gado e muitos outros estavam a caminho (19). O Juiz Municipal de Palmas solicitava presença de força militar estacionada na região, não para combater argentinos “porque não há guerra actualmente”, mas para precaver-se de possíveis ataques de bandidos e malfeitores correntinos

“que abundam na sahida da picada que deste Campo segue e sahe no de Corrientes” (20).

Por sua vez, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá também corroborava com esta opinião, escrevendo que

“este receio tem algum fundamento po-que os heruaes de Corrientes, desde o lugar, a margem do Uruguai, chamado Formigueiro, até a Campina do São Pedro, junto ao Campo-Erê, é habitado por criminosos argentinos, orientaes e brasileiros, e por escravos fugidos do Rio Grande e Paraná” (21).

Essa tensão, existente no relacionamento diplomático entre o Brasil e a Argentina, fez os estrategistas imperiais brasileiros a levantarem a questão das comunicações com a região em disputa, caso houvesse algum conflito militar com a Confederação Argentina, haveria necessidade de comunicações rápidas com a região. As únicas vias existentes que colocavam a região contestada em contacto com os grandes centros decisórios nacionais, eram ainda os caminhos vicinais que de-

---

(18). — OFÍCIO do 1º suplente em exercício do Juiz Municipal de Palmas Arlindo Moreira Miró ao Presidente da Província Dr. João José Pedrosa, datada de 11/03/1881. OFFICOS, 1881 vol. 5. Arquivo Público do Estado do Paraná, documento manuscrito.

(19). — OFÍCIO de J. Marcondes de Oliveira e Sá de Palmeira ao Presidente da Província J. Pedrosa, datado de 9/03/1881. OFFICIOS, 1881 vol. 5. Arquivo Público do Estado do Paraná, documento manuscrito.

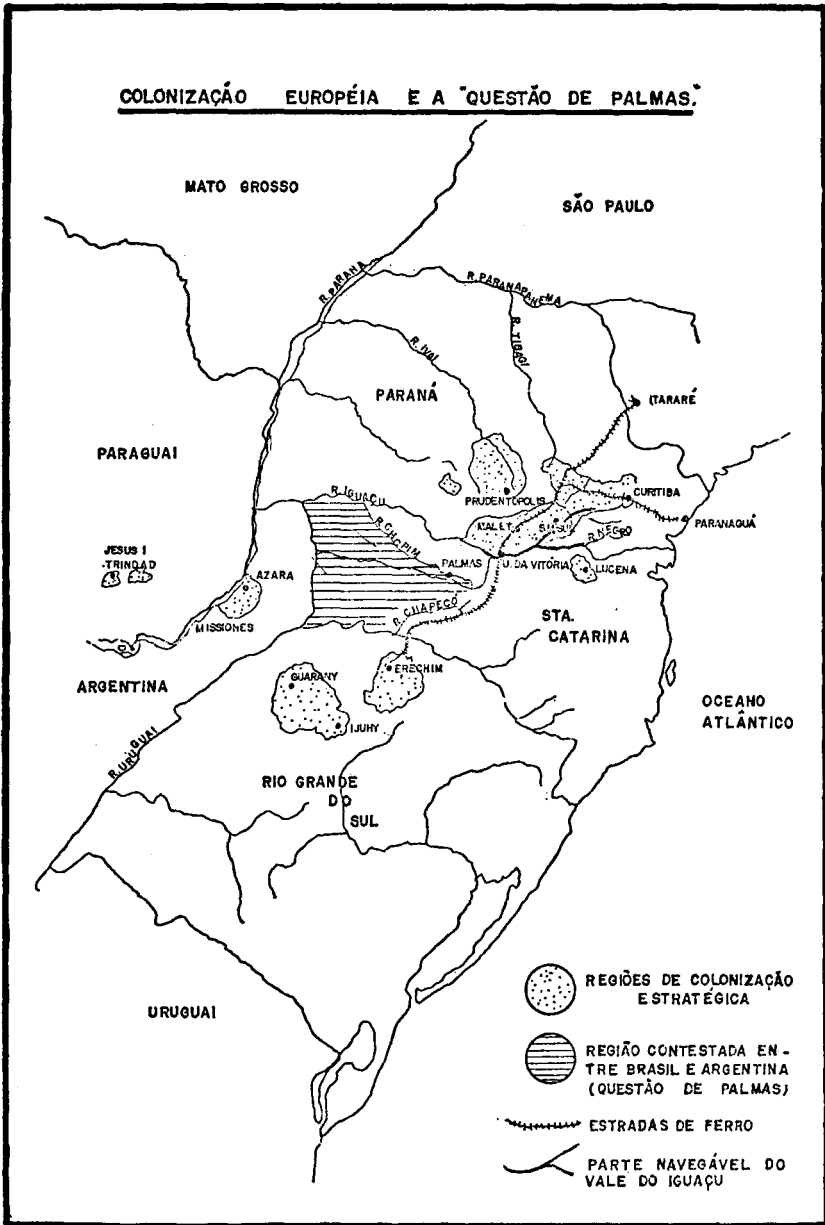
(20). — OFÍCIO do 1º suplente do Juiz Municipal em exercício de Palmas...

(21). — OFÍCIO de J. Marcondes de Oliveira e Sá de Palmeira.

sembocavam no antigo caminho de tropas, o qual comunicava o Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul com a feira de Sorocaba, em São Paulo. Desta maneira, a comunicação era extremamente morosa e deficiente. Em pleno século das ferrovias, a comunicação com a parte meridional do território brasileiro era feita nos moldes dos séculos anteriores, isto é, através dos muares. Era preciso ligar o sul do país de forma definitiva por meio de comunicação à altura da época, obedecendo as exigências da segurança nacional. Esta comunicação deveria ser feita no sentido norte-sul e leste-oeste. A solução mais rápida encontrada foi a opção leste-oeste; a norte-sul foi deixada para mais tarde, por ser mais difícil e onerosa. A comunicação leste-oeste objetivava colocar em contacto direto o porto de Paranaguá com os sertões ocidentais da Província. O Decreto Imperial 2.502 de 16 de novembro de 1859, já autorizava a criação das colônias militares na região contestada com a Argentina. Foi então o mesmo executado, fundando-se duas colônias: Chapecó, em 14/03/1882 e a de Chopim, em 27/12/1882. Como eixo principal de comunicação destas colônias militares, com o litoral, foi escolhido o rio Iguaçu, que corre justamente de leste para oeste. Neste sentido, um velho projeto de 1857, do engenheiro Hégreville, foi desarquivado. O rio Iguaçu revelava-se navegável desde a corredeira de Caiacanga, a 2 léguas de Palmeira, até o Porto da Vitória, numa extensão de aproximadamente 350 km. O acesso do Porto de Paranaguá até Caiacanga seria feito por estrada de ferro; e do Porto Vitória até as colônias militares, por comboios de muares. Embora esta comunicação contasse com três meios de locomoção, encurtaria o trajeto em 4 a 5 dias. De qualquer forma, era um grande melhoramento e o mais plausível. Esta é a razão fundamental do grande empenho do Governo Imperial em construir aceleradamente a histórica estrada de ferro entre Paranaguá e Curitiba. Sua construção foi iniciada em 1880, com a presença da própria pessoa do Imperador e inaugurada em 1885, pela princesa Isabel. No ano de 1882, iniciava-se a navegação do rio Iguaçu, ao ser lançado o vapor "Cruzeiro". A empresa de navegação fora confiada a um jovem empresário de transportes de "carroções eslavos" da região: o "coronel" Amazonas Marcondes (22). Esta empresa era, no início, totalmente deficitária. De Porto Amazonas até União da Vitória, isto é, em todo o vale médio do rio Iguaçu não existia nenhum centro populacional. A navegação do vale desenvolvia-se em terrenos cobertos de matas e praticamente despovoados.

---

(22). — A primeira viagem fora feita em 27 de novembro de 1882, do Porto Amazonas em Caiacanga, nome este tirado do seu empresário, até União da Vitória. Em fevereiro do ano seguinte, o Presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho fez a viagem Rio Negro — União da Vitória — Porto Amazonas, dando início à navegação do vale do rio Iguaçu.



Nos 350 km de extensão da navegação pela margem direita, só havia alguns casebres e, na margem esquerda, nada absolutamente, pois era território dominado pelo indígena xoklêng, mais conhecido por boto-cudo. Para que Amazonas Marcondes não desistisse de sua empresa, o Governo Imperial autorizou uma subvenção para a companhia de 12:000\$000 anualmente. Em 1883 o Presidente da Província comentava a problemática e já indicava a solução para a mesma:

“... a linha de navegação não só auxiliará o desenvolvimento da colonização nas margens do rio Iguaçu, como habilitará o governo a atender a qualquer urgente reclamação das colônias militares no Chopim e do Chapecó desde que se melhore a estrada do porto da União a Palmas e ao Xanxerê...” (23).

A iniciativa da comunicação norte-sul somente será encarada nos últimos anos do Império. O Decreto n.º 10.432 de 9 de novembro de 1889, concedia por 90 anos ao engenheiro João Teixeira Soares, ou à Companhia que este organizasse, a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo de Itararé, Província de São Paulo, fosse ter a Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. O Decreto n.º 305 de 7 de abril de 1890, do governo provisório da República revalidou a concessão, modificando apenas alguns itens. Em 1908, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, constituída para construir a ferrovia, passou para o controle da *Brazil Railway Company*, componente do denominado “Sindicato Farquahr”.

Com o início da navegação do vale do rio Iguaçu, desenvolveu-se na região a exploração da erva mate. Na região de São Mateus, este produto existia em grande quantidade em estado nativo. Foi justamente em São Mateus, a partir de 1890, que se iniciou a grande imigração para o vale. Razões estratégicas assim o exigiam. As colônias foram colocadas de preferência na margem direita do rio Iguaçu, visto que a margem esquerda, além de estar povoada pelo indígena hostil, estava em disputa com a vizinha província de Santa Catarina. Surgirão então as colônias de São Mateus, Palmira, Água Amarela, Água Branca, Rio Claro, Barra Feia, Antônio Olinto, Jangada etc. Por seu turno, nas margens da ferrovia São Paulo-Rio Grande, foram criados os núcleos de Iratí, Rio Azul, Marechal Mallet, Rebouças, Vera Guarani etc. Deslocadas mais para o centro do território paranaense, surgiram Prudentópolis, Ipiranga, Ivaí, Candido Abreu, Jesuino Mar-

---

(23). — PARANÁ. Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná, Comendador Antônio Alves de Araujo ao passar a administração ao Dr. Carlos Augusto de Carvalho em 26/05/1883. Curitiba, Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro. 1884. p. 74.

condes, Apucarana, Senador Corrêa etc. Todas estas colônias ficaram ligadas ou dependentes aos dois eixos de comunicação: vale do Iguaçu e o leito da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

Leo Waibel, referindo-se à ocupação e colonização dessas terras cobertas por matas, assim se expressa:

“Mas que espécie de gente deveria ser colocada nessas florestas densas e inacessíveis? Nem os luso-brasileiros, nem os colonos dos Açores e da Madeira tinham mostrado até então qualquer interesse em ir morar na mata; preferiam, sem dúvida, o campo aberto, onde podiam estabelecer suas estâncias e administrá-las com o auxílio de escravos negros” (24).

Para os fins colimados, o país necessitava de colonos, pequenos proprietários, que cultivassem as terras cobertas de matas em regime de trabalho familiar. Um tal imigrante, que almejasse tais circunstâncias, foi encontrado na Europa Central, em territórios habitados por aldeões poloneses e ucranianos, notadamente os primeiros. Seu maior sonho era possuir terra suficiente, da qual pudessem tirar o sustento de sua família e possuir matas, das quais tirassem a matéria prima para construir suas casas, móveis e demais utensílios domésticos derivados da madeira, bem como lenha para combustível de sua cozinha.

Nas colônias do vale do rio Iguaçu, até a Primeira Guerra Mundial, foram estabelecidos aproximadamente 65.000 imigrantes europeus, em regime de pequena propriedade. Desde o início, preencheram as finalidades para as quais foram trazidos: garantiu-se a navegação do vale do Iguaçu e os produtos de subsistência passaram a afluir em quantidades aos grandes centros consumidores do Estado.

A localização estratégica das colônias formadas por imigrantes europeus levando em conta a “questão de Palmas” — não se restringiu ao território paranaense. A mesma medida foi tomada no Rio Grande do Sul. A criação de colônias federais, no noroeste do Estado gaúcho, teve o mesmo objetivo estratégico. São as colônias de Guaraní das Missões, Ijuhy, Santa Rosa e posteriormente Erechim, Baliza, Treze de Maio etc. Vizavam estas também ocupar a “zona da mata” localizada ao sul da região contestada entre os dois países. (Ver mapa anexo). Algumas dessas colônias surgiram após o arbitramento do presidente norte-americano Grover Cleveland favorável ao Brasil (1895). Com a solução arbitral dos Estados Unidos, o perigo

---

(24). — WAIBEL (Leo), Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 11 (2): 159-217, abr.-jun., 1949. p. 165.

de um conflito armado entre as duas nações havia diminuído, porém o problema estratégico permanecia. A política brasileira de ocupar as terras devolutas nas circunvizinhanças do território contestado com imigrantes europeus, ao que tudo indica era a mais acertada. A reação da Argentina foi de seguir a mesma política adotada pelo governo brasileiro. A partir de 1897, os argentinos iniciaram a criação de colônias na Província limítrofe de Misiones. Surgem então as colônias de Azarra, Apostoles, San José, Posadas etc. Observe-se que a formação étnica dos imigrantes ali fixados em terras “fiscais” é basicamente a mesma que a em território brasileiro: fundamentalmente poloneses e ucranianos. Em 1903 seu número era superior a 6.000 imigrantes (25).

A República do Paraguai — guardadas as devidas proporções de envolvimento na problemática — precavendo-se contra qualquer possível problema militar na região, também procurou atrair imigrantes europeus para seu território limítrofe e desabitado com a província de Misiones. Surgiram então as colônias de: Kamby-retá, Picada Boca, Jezus i Trindad, Urusapukey, Kay-puente etc., numa proporção bem menor do número de imigrantes fixados no Brasil ou na Argentina.

Esta colonização, no Brasil, do ponto de vista da ocupação da terra, não foi compacta. As colônias estavam isoladas e separadas entre si pelos campos e matas, sendo as primeiras ocupadas por latifundiários.

“Não havia uma colonização compacta e em grande escala, nem uma acumulação de riqueza comparável a certas colônias alemãs e italianas nos outros Estados” (26).

Mas o que fazia o colono eslavo exultar no Brasil, era a possibilidade de adquirir praticamente tanta terra quanto fosse capaz de adquirir. Dava sempre preferência por terrenos cobertos por araucárias e erva mate, em cuja exploração logo passou a participar, inicialmente como produtor e em seguida como comerciante.

Entre as inúmeras vantagens apontadas para a introdução de imigrantes europeus na região, destacava-se o fato de serem conhecedores de processos mais acabados e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos para o manejo e cultura das terras. Entre os novos instrumentos introduzidos na região, encontram-se o arado, a grade

---

(25). — *Gazeta Polska w Brazylii*. Curitiba, 22 ago. 1937.

(26). — WAIBEL, p. 176.

— instrumento para aplinar a terra arada —, a gadanha, que é um ferro com cabo para cortar trigo ou centeio, o picador de palha, o mangoal — instrumento para malhar as espigas de cereais —, o moimho manual, que é um instrumento semelhante à mó, o *radnik* — utensílio utilizado para fazer sulcos no solo para sementeira —, o alfange, lâmina de ferro semi-circular, utilizada no corte dos cereais, e a carroça que vai caracterizar esta colonização no sul do Brasil. Sua aceitação e difusão no sul do país foi de tal monta, que a carroça gerou o que se poderia chamar de “ciclo” da carroça como meio de transporte.

O Brasil, excluindo-se os Estados meridionais, notadamente o Paraná, foi de uma maneira abrupta lançado da era do mular, do transporte em lombo de burro, isto é, das tropas, para a era dos transportes rodo-ferroviários. No Paraná, graças à carroça, a evolução dos transportes foi de certa forma parecida com a ocorrida no continente europeu: entre o transporte animal e o veículo auto-propulsor, desenvolveu-se um “ciclo” intermediário, que é o da carroça (27).

Os colonos imigrantes do vale do Iguaçu não receberam orientação alguma para dirigir e trabalhar sua propriedade. No início, faziam-no nos mesmos moldes como o faziam na Europa. Desejavam derrubar o mato e arar o terreno. Mas, logo perceberam que tal não podiam fazer, devido aos cepos que permaneciam. Adaptaram então os métodos utilizados pelos nativos: derrubar a mata do trecho escolhido para a cultura, tomando o cuidado de deixar as árvores muito grossas de pé, como imbuías e pinheiros, por exemplo. O mato cortado esperava-se secar, ao que é posteriormente ateado fogo. Assim, no meio dos tocos carbonizados plantavam milho ou semeavam centeio, trigo etc. Quando os cepos já estavam praticamente erradicados ou apodrecidos, o terreno já podia ser considerado “capoeira”, passando então a utilizarem-se do arado para revolver a terra. Após dois anos de colheita, deixavam o terreno para descanso por alguns anos, em cujo período o mesmo cobre-se novamente de capoeira. A aceitação, por parte destes imigrantes, do sistema de queimadas, veio prejudicar a terra.

Nas colônias onde havia brasileiros nas proximidades, surgiram conflitos entre os imigrantes e os mesmos. Tal fato deveu-se à inexistência de cercas nas propriedades dos brasileiros. Não costumavam cercar seu gado, fosse bovino, suíno ou qualquer outra espécie de animais de criação. Era a manifestação do milenar conflito entre agri-

---

(26). — WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Tese apresentada no Concurso de Docência Livre no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974. p. 172 e ss.

cultores e criadores. Os conflitos entre colonos e proprietários brasileiros eram tão comuns, que nas delegacias do interior do Estado, os livros de registro de queixas sobre o gado abatido pelos colonos, estavam repletos.

\*

### CONCLUSÃO.

Na Província do Paraná, as iniciativas governamentais de grande vulto, no sentido da criação de colônias com imigrantes europeus para a produção de produtos de subsistência, haviam fracassado. Somente as colônias criadas nas proximidades dos centros urbanos maiores, apresentaram características de sucesso. A criação dessas colônias tinha a finalidade básica de produzir gêneros de subsistência, em regime de pequena propriedade.

A tentativa de implantar uma extensa colonização com fins agrícolas nos Campos Gerais paranaenses com colonos russo-alemães do Volga, por diversos motivos havia fracassado.

Entretanto, uma profunda modificação na estrutura agrária paranaense vai ocorrer, não em terrenos componentes dos Campos Gerais e sim na chamada “zona da mata”. A colonização das terras do vale navegável do Iguaçu, foi motivada por razões estratégicas, devido à problemática gerada pela chamada “questão de Palmas”, entre o Brasil e a Confederação Argentina. Esta colonização foi concretizada através da fixação ao solo de milhares de imigrantes notadamente eslavos. O regime de pequena propriedade — 10 a 15 hectares no máximo, para cada família de colono — provocou na região a primeira grande transformação agrária que se registrou em território paranaense. A “zona da mata” foi transformada, por esta colonização, no maior centro de produção agrícola do Estado, até o surgimento da grande colonização nas terras roxas do norte, a partir da década de 1930.

O regime da pequena propriedade, a utilização de novos instrumentos agrícolas desconhecidos na região, a carroça como meio fundamental de transporte, a introdução da cerca na separação das propriedades, são elementos que provocaram uma verdadeira revolução agrícola no Estado.

Os proprietários pré-existentes na região, começaram — devido às transformações ocorridas — a sentir-se “apertados”. Sua mentalidade não conseguiu acostumar-se rapidamente ao uso das cercas. A solução encontrada foi *ir adiante*, interiorizando-se na mata, ou migrar para os pequenos centros urbanos que surgiram na região. Em con-

sequência, desenvolveu-se na região um processo de compra de terras das mãos dos assim chamados luso-brasileiros. Os colonos, descendentes dos imigrantes ocuparam, pelo processo de compra, praticamente todo o vale navegável do Iguaçu, desde os arredores de Curitiba, até Porto Vitória, numa extensão superior a 350 km.

\* \*  
\*

### INTERVENÇÕES.

Da Prof.<sup>a</sup> *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (Universidade de São Paulo) .

Pergunta:

“Dentro da linha temporal-espacial, a que modesta e concretamente procuro filiar-me, há áreas históricas de eventual delimitação na temática abordada?”

O Núcleo do Paraná, marcado por uma vertente de iniciativas e concretizações das mais válidas, como a do plano diretivo do arrolamento das fontes primárias, teria realizado algo semelhante em relação às tradições culturais, à sobrevivência do folclore, tanto em processo de aculturação, como ainda fiel às manifestações dos núcleos urbanos de onde se originaram os imigrantes?”

\*

Da Prof.<sup>a</sup> *France Luz* (Universidade Estadual de Maringá).

Declarou:

“Gostaria de saber se o estabelecimento desses núcleos coloniais foram de iniciativa provincial apenas, ou se faziam parte de um plano mais amplo do Governo Imperial?”

\*

Da Prof.<sup>a</sup> *Ivani Aparecida Rogatti Omura* (Universidade Estadual de Maringá).

Indaga:

“Entre os municípios atualmente existentes na Região do Vale do Iguaçu, quais teriam sido oriundos das primitivas colônias aí instaladas?”

Até que ponto a penetração cultural eslava pode ser evidenciada junto aos elementos humanos aí existentes atualmente?”

•

Do Prof. *Roberto Machado Carvalho* (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema. SP).

Informou:

“O trabalho vem apresentar um tipo de imigrante merecedor de um estudo mais amplo, sobretudo pela sua importância em terras paranaenses. Não se compreende bem porque a imigração italiana, alemã, japonesa, já foram objetos de amplos estudos, enquanto a eslava aguarda o seu momento. Eis um excelente tema, sobretudo para os historiadores paranaenses.

Solicito esclarecimentos para os seguintes pontos:

1.º). — O único fundamento dos receios eram as experiências anteriores ou haviam outros, como por exemplo, interesses locais de distribuição das terras?

Se na “zona da mata” os terrenos na época eram mais propícias para a agricultura, porque foram relegados a segundo plano?

2.º). — Qual a razão ou razões que explicam a preferência do Paraná pelos eslavos? Especialmente na década de 90, houve intervenção do Estado naquele sentido? Era o tipo de imigrante mais indicado para favorecer as ligações leste-oeste, atendendo ao problema estratégico?

3.º). — No processo de interiorização na mata ou procura de centros urbanos dos chamados brasileiros, parece-me que o *fator étnico* é importante. Afinal, eslavos e nacionais tinham duas mentalidades diferentes. Qual a posição do autor em relação ao problema?”

• •  
•

## RESPOSTAS DO PROFESSOR RUY C. WACHOWICZ.

À Prof.<sup>a</sup> *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula*.

“O Departamento de História da Universidade Federal do Paraná não possui projeto de estudos para o levantamento da problemática da aculturação dos imigrantes no Paraná, nem sobre o folclore da região. Os nossos projetos giram em torno de levantamento de Fontes Primárias, História Demográfica e História Econômica. A pesquisa sobre folclore na nossa Universidade está ligada ao Departamento de Antropologia. Gostaríamos muito de desenvolver esses estudos sobre a tradição cultural dos diversos grupos étnicos aí aportados,

mas, pelo menos por enquanto, a premência do tempo impede de fazê-lo”.

\*

À Prof.<sup>a</sup> *France Luz*.

“Todos os núcleos coloniais constituídos por imigrantes no vale do rio Iguaçu foram, nessa fase da imigração, constituídos pelo governo da República, embora os planos iniciais tivessem sido organizados ainda pelo governo imperial. O governo estadual não participou diretamente do empreendimento.”

\*

À Prof.<sup>a</sup> *Ivani Aparecida Rogatti Omura*.

“Das antigas colônias, várias hoje formam municípios do Sul do Estado, como por exemplo: São Mateus do Sul, Marechal Mallet, Rio Azul, Cruz Machado, Cândido Abreu, Iratí, Antônio Olinto, etc. Por outro lado, a influência cultural da população eslava na região é bastante acentuada, embora ainda não esteja devidamente estudada. Podemos adiantar, por exemplo, a grande importância que teve para a região o uso difundido da carroça eslava como meio de transporte, que substituiu as tropas de muares e os carros de bois. O linguajar da região possui características próprias, bem como o folclore, os costumes, etc.

\*

Ao Prof. *Roberto Machado Carvalho*.

“1.º). — Acredito que os receios do governo da Província do Paraná, em promover uma imigração em grande escala no fim do período colonial, estejam ligados às experiências mal sucedidas, como as da colônia Assunguy, a colonização do litoral e a experiência negativa de grande repercussão, inclusive internacional, dos russos-alemães do Volga. Esses fracassos condicionaram o governo provincial a ter maior cautela em promover novos planos de imigração. Por outro, os terrenos da “zona da mata” estavam relegados a segundo plano, devido ao fato da atividade pecuária dominar a economia paranaense por muito tempo, deixando os terrenos cobertos de matas em segundo plano.

2.º). — As razões da preferência do elemento eslavo para ocupar o vale do rio Iguaçu, prendem-se ao fato de ser uma oportunidade este imigrante o mais propenso a emigrar das terras européias. No início da década de 1890, as condições na Polônia e na antiga Galícia austríaca, favoreciam a emigração em massa. Essas condições foram

aproveitadas, na ocasião, pelo governo brasileiro. Se este imigrante era o mais indicado para promover esta colonização já é um outro problema. O fato é que este elemento era o mais disponível, no momento, na Europa, para promover a colonização em regime de pequena propriedade, de acordo com plano do governo brasileiro.

3.º). — No processo de interiorização do elemento eslavo em terras brasileiras, nunca se pode esquecer o maior objetivo do mesmo, qual seja o de adquirir a maior quantidade de terra possível, para si e para os filhos. É a chamada “fome de terras”, da qual ele era possuído. Terra era o que mais lhe faltava na Europa, porém no Brasil ela poderia ser adquirida com grande facilidade.

O processo de compra dessa terra, dos elementos locais, ditos nacionais, é indiscutivelmente um dos pontos fundamentais para o estudo da aculturação do polonês e do ucraniano no Brasil. O fator étnico desempenhou papel de primeira monta.”